



Poder Legislativo Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. 18ª LEGISLATURA. MANAUS, 13 DE ABRIL DE 2016. PRESIDENTE: DEPUTADO JOSUÉ NETO.

Às nove horas e dez minutos do dia treze do mês de abril do ano dois mil e dezesesseis, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do parlamentar **JOSUÉ NETO**, com as presenças em plenário dos deputados: Abdala Fraxe, Alessandra Campêlo, Belarmino Lins, Bi Garcia, Bosco Saraiva, Carlos Alberto, David Almeida, Dermilson Chagas, Doutor Gomes, Francisco Souza, José Ricardo, Luiz Castro, Orlando Cidade, Platiny Soares, Sabá Reis, Serafim Corrêa, Vicente Lopes e Wanderley Dallas, ausentes os demais, sendo que os tribunos: Augusto Ferraz e Cabo Maciel, tiveram suas faltas justificadas através dos memorandos nºs: 143 e 028/16, respectivamente. Não havendo EXPEDIENTE a relatar, o Presidente da Casa, deputado Josué Neto informou seus pares que após a reunião Especial teria votação pois existiam vinte Projetos para serem apreciados. Na Primeira Fase da reunião, o parlamentar Carlos Alberto emitindo comentários sobre a Lei nº 12.433/11, que alterou a antiga Lei de Execução Penal para possibilitar chamada "remissão de pena de estudo", salientou que a referida concessão abrangia condenados nos regimes fechado e semiaberto em todo o País, no ensejo, informou que o governador José Melo relacionou o livro Sagrado como uma opção de leitura para a redução do período de permanência de apenados em presídios. A seguir, o deputado Serafim Corrêa lembrou que hoje, era comemorado o Dia do Hino Nacional Brasileiro, o qual foi contado pela primeira vez em 1831. Em outro tema, sugeriu ao Presidente da Casa que a Pauta de votação fosse distribuída com antecedência, assim como pediu que as votações ficassem para as quintas-feiras. Com a palavra, o tribuno Luiz Castro comentando a crise econômica do País que estava ocasionando um alto índice de demissões principalmente no Distrito Industrial, queda na arrecadação do estado, afetava também este Poder, Ministério Público Estadual, falta de pagamento dos profissionais da área da saúde e de fornecedores, cobrou do governo uma definição dos gastos, no ensejo mencionou que o Tribunal de Contas do Estado era o único órgão que tinha verba, daí sugerir que o Legislativo pedisse um empréstimo ao referido Tribunal e, assim, sanar suas dividas. Na sequência, o parlamentar José Ricardo parabenizou o Frei Santiago por ter sido nomeado Bispo de Lábrea, e concordou com seu colega Serafim Corrêa quanto a Pauta de votação, bem como pediu informações da Mesa Diretora sobre o que estava sendo veiculado



Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



2

na imprensa sobre o "cotão". Em outro tema considerou abusivo o aumento da tarifa do transporte coletivo, daí propor uma Audiência Pública para discutir o assunto. Neste instante, o Titular da Casa, deputado Josué Neto dirimiu as dúvidas do orador quando ao "cotão", visto que a justiça havia suspenso em razão da verba ser de uso exclusivo dos parlamentares e não de seus assessores em caso de viagens, mas o Procurador da Casa, doutor Wander Góes estava vindo ao plenário para maiores esclarecimentos. Com a palavra, a parlamentar Alessandra Campêlo também reportando-se ao aumento das passagens de ônibus e, desafiou o Prefeito Arthur Neto a mostrar a planilha de custos do transporte coletivo, prometeu endereçar proposição a OAB para investigar o valor da passagem e condições dos transportes coletivo. Na sequência o deputado Bosco Saraiva se referindo a crise econômica enfatizou que depois de tudo viria a verdade, e, quanto ao pronunciamento da oradora antecedente argumentou que desde 2013 as passagens de ônibus não tinha aumento. A seguir, o parlamentar Abdala Fraxe repudiando a atitude da Presidente da República de não ter dado o aval para que a Prefeitura de Manaus recebesse o empréstimo de cento e cinquenta milhões, já aprovado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, e que conforme o Prefeito Arthur Neto vários estados seriam contemplados e Manaus não estava entre as capitais. Com a palavra, o tribuno Dermilson Chagas afirmando que a empresa Manaus Energia estava cortando o fornecimento sem o aviso prévio, ato que contrariava a Resolução 141/2010 da ANEEL, no ensejo discorreu detalhadamente sobre o assunto. Em Comunicação de Liderança, o deputado Bi Garcia informando que conseguiu recurso para evitar o fechamento de um hospital em Parintins; daí prometer seu empenho na renovação do convênio, lamentou a atual situação do País. A seguir, foi a Sessão suspensa para a realização de uma ESPECIAL logo a seguir. Retornando à Ordinária, em Comunicação de Liderança, os tribunos: Serafim Corrêa, pediu ao Presidente desta Casa, que a Procuradoria Geral deste Poder, emitisse um Parecer para dirimir dúvidas quanto a constitucionalidade das leis sobre promulgadas; David Almeida, pedia ao titular desta Casa, que no momento oportuno da votação no dia de hoje, fosse retirada de pauta um projeto do governo, e retornar na próxima terça-feira, pois o Secretário Sidney Leite viria novamente a esta Casa para esclarecer os pontos principais do projeto; Wanderley Dallas, criticou a atitude do prefeito de Manaus, em razão do mesmo ter ido ao Senado Federal pedir a liberação de empréstimos, sem entrar em contato com os senadores da bancada Amazonense; Belarmino Lins, registrou o natalício do secretário Sidney Leite. Na Ordem do Dia, foi anunciada a pauta, para receber emendas, os seguintes Projetos de: Lei nºs: 76/16, do tribuno Carlos Alberto; 77/16, do deputado Sinésio



Poder Legislativo Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



Campos; 78/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 23/16; 79/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 24/16; Lei Complementar nº 02/16, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (em segundo dia); Lei nºs: 80/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 25 "Altera na forma que especifica, a Lei nº 3.582, de 29 de dezembro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência de Desenvolvimento Cultura - AADC", e dá outras providências"; 81/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 27 "Revoga o inciso VII do artigo 10 da Lei 4.170 de 27 de março de 2015, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alterar vinculações de programas e ações constantes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 em órgãos diversos", e dá outras providências" (primeiro dia). Neste momento foi retirado de Pauta o Projeto de Lei nº 79/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 24/16, por solicitação do deputado David Almeida A seguir, foram aprovados os requerimentos nºs: 1042, 1043 e 1065, do deputado Belarmino Lins, respectivamente, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 78/2016, oriundo da Mensagem Governamental nº 23/16, "Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da administração e Gestão - SEAD, e dá outras providências"; Dispensa de Interstício para a votação do Projeto de Lei Complementar nº 01/16, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Altera o artigo 30, alínea "t" da Lei Complementar nº 17 de 23/01/1997 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amazonas; Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 80/2016, oriundo da Mensagem Governamental nº 25/16, "Altera na forma que especifica, a Lei nº 3582 de 29.12.2010 que Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência de Desenvolvimento Cultural - AACD, e dá outras providências. Na sequência, foram deferidos os de nºs: 1044, do deputado José Ricardo, Moção de Aplausos ao Frei Santiago Sánchez Sebastian, por sua nomeação como novo bispo da prelazia de Lábrea/AM; 1045 ao 1047, do parlamentar doutor Gomes, Moção de Aplausos: ao Colégio Amazonense D. Pedro II, Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, todos pela aprovação de seus alunos no PSC; 1048 ao 1054, do tribuno Sabá Reis, Moção de Aplausos, aos senhoras: Regina Fernandes do Nascimento, Walfran de Souza Torres, Pedro Antonio Arraes Pereira, Luzia Farias da Silva Mendonça, Evelyn Freire Pareja, Josué Cláudio de Souza Filho e Sérgio Fontes, todos pela passagem de seus natalícios; 1055 ao 1064, do deputado. Wanderley Dallas, todos ao Gabinete da Casa Civil da Prefeitura de Manaus. A seguir, foram aprovadas as ATAS das reuniões: 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Ordinárias; 5ª Extraordinária; 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª e 13ª



Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



Especiais. Neste momento, o Presidente deste Poder, deputado Josué Neto, prometeu que ainda esta semana iria se pronunciar a respeito da decisão técnica do uso da cota parlamentar CEAP para contenção de despesas. Prosseguindo, em Discussão Geral e Votação Única foram aprovadas a Redação Final dos Projetos de: Resolução Legislativa nºs: 41/15, do deputado Josué Neto, "Denomina "Sala de Imprensa Radialista J. Nunes", o espaço destinado aos profissionais de imprensa que cobrem as atividades da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; 47/15, da parlamentar Alessandra Campêlo, "Concede a medalha Ruy Araújo ao lutador José Aldo da Silva Oliveira Júnior"; 14/15, do tribuno Vicente Lopes, "Modifica a Resolução Legislativa nº 469, de 19 de março de 2010 - Regimento Interno, na forma que especifica. (Altera os artigos 66 e 69). (Retirado de pauta na Reunião Extraordinária do dia 18/12/2015, ausência do autor); Lei nº 184/15, do deputado Serafim Corrêa, "Proíbe o uso de Símbolos, logomarcas ou cores que personalizem a Administração Pública Direta e Indireta no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências". Posto em Discussão Geral e Votação Única, o Projeto de Lei nº 53/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 19/2016, "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar no Plano Plurianual - PPA 2016/19, programa e ações para o Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas e a abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta, que especifica". Com Parecer Favorável, Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças Públicas; de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos; e de Segurança Pública (Relator: Deputado Platiny Soares); para encaminhar, os deputados: José Ricardo, Alessandra Campelo, Carlos Alberto, todos favoráveis ao Projeto, Platiny Soares, defendeu sua relatoria; após, foi o mesmo aprovado. Prosseguindo, em Discussão Geral e Votação Única, o Projeto de Lei nº 67/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 20/16, "Autoriza o Poder Executivo a realizar a compensação de dívidas reconhecidas e a equalização de custos das prestadoras de serviços públicos de distribuição de água e esgotamento sanitário na forma que especifica, e dá outras providências". Com Parecer Favorável, Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças Públicas; de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos; e de Meio Ambiente (Relator: Bi Garcia); para encaminhar, os tribunos: Serafim Corrêa, manifestou-se favorável, com ressalvas; Dermilson Chagas e Luiz Castro, ambos apontaram falhas na matéria, e, sugeriram ao Presidente deste Poder, a retirada de pauta para ajustes; sendo acatado. Continuando, foi aprovado em Discussão Geral e Votação Única, o Projeto de Lei nº 78/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 23/16 "Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Administração



Poder Legislativo Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



e Gestão - SEAD". Com Parecer Favorável Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Finanças Públicas e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator deputado Abdala Fraxe). Em Discussão Geral e Votação Única, o Veto Total nº 14/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 22/16 - aposto ao Projeto de Lei nº 195/15, da deputada Alessandra Campêlo "Estabelece a exigência de realização de competições femininas e masculinas como requisito para concessão de patrocínio por parte do governo do estado". Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator deputado Orlando Cidade); em discussão os deputados: Alessandra Campêlo, contrária a aprovação do Veto lamentando que as mulheres aqui neste Poder não tinham vez, explicou o objetivo pois o mesmo favorecia às mulheres desportistas do estado; Luiz Castro também expendeu seu voto contrário uma vez que a autora da matéria explicou detalhadamente que, quando os torneios acontecessem fora do estado as competidoras não iriam para não causar despesas, e que aconteceu um erro de interpretação por parte do governo; David Almeida favorável a aprovação do veto, informou a seus pares que a Escola do legislativo estava promovendo curso de controle constitucional, daí convidar todos a participarem, para se inteirarem melhor do assunto; após o Veto foi aprovado com os votos contrários dos parlamentares Vicente Lopes, Alessandra Campêlo, Luiz Castro, Dermilson Chagas e José Ricardo. Continuando em Primeira Discussão e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 01/06, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas "Altera o artigo 30, "t" da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997 - Lei Orgânica e Divisão Judiciária do Estado do Amazonas". Com Parecer Favorável, Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Finanças Públicas e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator deputado Abdala Fraxe); bem como em Discussão Geral e Votação Única, foram aprovados: Decreto Legislativo nº 02/16, oriundo da Comissão Especial, "Aprova a indicação dos nomes de Luíza Maria Bessa rebelo e Andreia Brasil Santos, titular e suplente, para a recondução ao Conselho Fiscal da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM para cumprirem mandato correspondente ao biênio 2015/2017, conforme indicação do Poder Executivo através da mensagem nº 26/16; Projetos de Lei nºs: 211/12, 325, 236/13, 201/14, do deputado Wanderley Dallas, "Institui campanha educativa de tratamento aos idosos na rede pública de ensino a ser comemorado na última semana de setembro que antecede a Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa". Com Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu Emenda de autoria do relator deputado David Almeida; de Finanças Públicas (relatora deputada Alessandra Campêlo); de Educação (relator



Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



deputado Abdala Fraxe) e de Mulheres, Família e Idoso (relator deputado Dermilson Chagas), Favoráveis ao Projeto juntamente com a Emenda apresentada: "Dispõe sobre o Programa Estadual de Combate a obsolescência de produtos no estado do Amazonas". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (relator deputado Serafim Corrêa); "Proíbe, no âmbito do Estado do Amazonas, a cobrança de taxas adicionais nos estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços e produtos". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Orlando Cidade); de Finanças Públicas; (Relator: Deputado Belarmino Lins); e de Defesa do Consumidor (Relator: Deputado Cabo Maciel); "Dispõe sobre a autorização para o consumidor ter o direito de solicitar a interrupção do fornecimento de serviços de prestação continuada, uma vez por ano, gratuitamente, por até noventa dias". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Orlando Cidade); de Finanças Públicas; (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e de Defesa do Consumidor (Relator: Deputado Carlos Alberto); **66/12, do parlamentar Luiz Castro, "Determina a devolução das Taxas de Inscrição nos concursos públicos nos termos que especifica". Com Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu Emenda de autoria do Relator, Deputado Belarmino Lins; de Finanças Públicas (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo) e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Sabá Reis), Favoráveis ao Projeto juntamente com a Emenda apresentada. Desarquivado pelo requerimento nº 08/2015 de 04/02/2015; 26/15, do deputado Carlos Alberto, "Dispõe sobre a adaptação de uma sala reservada e equipada no IML para atendimento e realização de exames necessários em crianças e adolescentes vítimas da violência no âmbito do Estado do Amazonas.". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Orlando Cidade); de Finanças Públicas; (Relator: Deputado Sabá Reis); e de Jovens, Crianças e Adolescentes (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo). (Retirado de pauta na Reunião Extraordinária do dia 22/03/2016, ausência do autor); **346/15 e 04/15, do deputado Josué Neto, -"Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Amazonas, doutor Cezar Luiz Bandeira". Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Sinésio Campos) e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Redator: Deputado Orlando Cidade); "Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Professor, Filósofo e Teólogo Giovanni Romelli". Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Dermilson Chagas) e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado: Orlando Cidade); Resolução Legislativa nº 48/15, do parlamentar Wanderley Dallas,****



Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



"Concede a Medalha do Mérito Ruy Araújo ao Excelentíssimo Senhor Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas". Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Sinésio Campos) e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Orlando Cidade); e de Lei 254/14, do parlamentar Abdala Fraxe, "Dispõe sobre a reserva obrigatória de espaço nos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTS, para a qualificação de pessoas com deficiência, no Estado do Amazonas". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Orlando Cidade); de Finanças Públicas; (Relator: Deputado David Almeida); de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa; (Relator: Deputado Wanderley Dallas); e de Educação (Relator: Deputado doutor Gomes). Em Extra Pauta, foi retirado de Pauta o Projeto de Lei nº 80/16, oriundo da Mensagem Governamental nº 25/16 "Altera, na forma que especifica a Lei nº 3.582, de 29.12.2010, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Agência de Desenvolvimento Cultural - AACD e dá outras providências". Nada mais ocorrendo foi a presente encerrada e convocada "ex-offício", uma Extraordinária para logo a seguir. Eu, Elécia Pereira Destou, lavrei esta ATA.


Presidente


Secretária